

HABEAS CORPUS Nº 548.599 - SP (2019/0356966-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PATRICIA MARYS DE ALMEIDA GONCALVES
ADVOGADO : PATRÍCIA MARYS DE ALMEIDA GONÇALVES - SP169686
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO FELIX DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDUARDO FELIX DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0001899-74.2016.8.26.0292).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e ao pagamento de 250 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Na ocasião, foram apreendidos com o paciente **721g (setecentos e vinte e um gramas) de maconha** (e-STJ fl. 23).

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao apelo nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 60):

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE ENTORPECENTES E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - Réu Kayo que se conforma com a condenação em relação ao delito da Lei de Armas e pede apenas a fixação do regime aberto - Não cabimento - Autoria e materialidade do delito comprovadas - Negativa dos réus isolada - Depoimentos dos policiais firmes, coerentes e sem desmentidos - Ausência de motivos para dúvidas acerca da veracidade de suas palavras - Pedido de desclassificação para o crime previsto no artigo 28 da Lei nº 11.343/06, formulado pelo corréu Eduardo - Impossibilidade - Circunstâncias da apreensão que evidenciam a destinação à mercancia - Conjunto probatório suficiente para manter a condenação dos réus pelo tráfico - Penas e regime prisional fixados com critério e corretamente - Recursos desprovidos.

No presente *writ*, sustenta a impetrante que a motivação declinada pelas instâncias ordinárias para aplicar, na fração de 1/2, o redutor previsto no § 4º do art. 33 da

Superior Tribunal de Justiça

Lei n. 11.343/2006 é inidônea, asseverando que a quantidade de droga apreendida não é alta o bastante para justificar, por si só, a incidência da causa de diminuição em grau diverso do máximo.

Aduz que o paciente faz jus à fixação do regime aberto, bem como à substituição da sanção corporal por restritivas de direitos.

Busca, inclusive liminarmente, seja aplicada a causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em seu grau máximo, fixando-se o regime menos severo e substituindo-se a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator